http://blogues.publico.pt/asclaras/2013/03/26/o-dinheiro-nao-tem-ideias/#comments

26 de Março de 2013

[«O dinheiro não tem ideias»](http://blogues.publico.pt/asclaras/2013/03/26/o-dinheiro-nao-tem-ideias/)

**[](http://blogues.publico.pt/asclaras/files/2013/03/DinheiroEuro2.jpg)**

**Por Bár­bara Rosa, co-autora do blogue** [**Má Despesa Pública**](http://madespesapublica.blogspot.pt/) **e mem­bro da TIAC**

*(…) O meu Por­tu­gal formoso*

*Berço de latifundiários*

*Onde um primeiro-ministro*

*Já manda à merda os operários*

*Já hoje muito maroto*

*Se diz revolucionário*

*E faz da bolsa do povo*

*Cofre-forte do bancário (…).*

Trata-se de um excerto da música Chula da Póvoa, de Zeca Afonso (1976) e eu não sou comu­nista. Sou por­tuguesa, pediram-me para falar de din­heiro e logo aque­las palavras me assaltaram. Nos tem­pos livres, sou co-autora do blogue [Má Despesa Pública](http://madespesapublica.blogspot.pt/), no qual eu e o jor­nal­ista Rui Oliveira Mar­ques (re)publicamos infor­mação ofi­cial sobre maus exem­p­los de gestão pública, de inde­v­ida afec­tação dos recur­sos de todos os por­tugue­ses por parte dos respon­sáveis pela gestão pública, con­sid­er­ada em todos os seus níveis. Mesmo em tem­pos de *troika*, é um erro con­sid­erar que dá tra­balho ali­men­tar um blogue com infor­mação diária sobre má despesa pública por­tuguesa*.* Basta con­sul­tar o por­tal BASE — Por­tal Ofi­cial dos Con­tratos Públi­cos — para perce­ber como a maio­ria do poder político esvazia, grão a grão, o saco ali­men­tado pelos nos­sos impos­tos. A leitura do Diário da República per­mite esque­cer, por momen­tos, que o Estado é pobre e vive de din­heiro emprestado, tendo em conta, por exem­plo, os con­cur­sos de empre­itadas de obras lança­dos pelas autar­quias, as nomeações gov­er­na­men­tais que pare­cem não ter fim e, ulti­ma­mente, as inúmeras pro­moções de pes­soal da área da Defesa. Depois, temos os relatórios e audi­to­rias do Tri­bunal de Con­tas (TdC), doc­u­men­tos que ates­tam (se dúvida hou­vesse) a incom­petên­cia e irre­spon­s­abil­i­dade do poder público no exer­cí­cio das suas funções. Quando o TdC anal­isa aquisições de bens ou de serviços é fácil adi­v­in­har algu­mas das suas (recor­rentes) con­clusões: “vio­lação dos princí­pios da con­tratação pública, como a transparên­cia, a con­cor­rên­cia e a boa fé”. E, infe­liz­mente, o tri­bunal tam­bém detecta amiúde que “o inter­esse público não foi dev­i­da­mente acaute­lado” por parte da enti­dade pública fis­cal­izada. Não olham aos meios, não olham às leis. A história é con­hecida mas parece ser esque­cida, com a ajuda da própria Justiça por­tuguesa — a mel­hor amiga dos políti­cos malfeitores.

Vive­mos num país ao qual as Fun­dações con­sumi­ram mais de mil mil­hões de euros nos últi­mos 3 anos, que prevê ter encar­gos de 9,11 mil mil­hões de euros até 2028, só com as PPP rodoviárias, que com­prou um banco (BPN) com um buraco finan­ceiro que pode chegar aos 7 mil mil­hões de euros e que, não obstante, está a injec­tar mais de 1,1 mil mil­hões de euros num (outro) banco pri­vado, o Banif. Fomos o único país europeu que construiu/remodelou dez está­dios para o campe­onato europeu de fute­bol. Mais de mil mil­hões de euros de inves­ti­mento público em está­dios que estão às moscas (Leiria, Coim­bra, Aveiro e Algarve) e que deixaram as autar­quias endi­vi­dadas por mais de duas décadas. O Está­dio Munic­i­pal Dr. Mag­a­l­hães Pes­soa, em Leiria, está à venda e não encon­tra com­pradores. Só em juros, con­some quase 6 mil euros por dia aos cofres do Municí­pio. E da Par­que Esco­lar nem con­sigo falar. Só a pequenez dos respon­sáveis nacionais jus­ti­fica estas e out­ras obras públi­cas, como a mar­inha do Lugar de Baixo, na ilha da Madeira, que cus­tou mais de 100 mil­hões de euros, foi inau­gu­rada em 2004 mas con­tinua inop­era­cional, a piscina olímpica que a câmara munic­i­pal de Braga decidiu ter mas cujo pro­jecto teve de aban­donar depois de nele tor­rar mais de 8 mil­hões de euros, o Jardim de Infân­cia de Macieira, em Barce­los, de quase meio mil­hão de euros, que con­tin­u­ava fechado volvi­dos dois anos sobre a con­clusão das obras porque foi con­struído no meio de um campo de milho sem aces­sos, o Cen­tro Munic­i­pal de Canoagem de Águeda, com um custo de quase 400 mil euros, foi inau­gu­rado em 2004 e um ano depois teve de fechar por­tas porque foi con­struído em cima de ter­renos que não eram pro­priedade do Municí­pio. E depois exis­tem outro tipo de despe­sas, de menor monta, mas que jamais dev­e­riam exi­s­tir como a viagem da mul­her do pres­i­dente da autar­quia de Bot­i­cas a New Jer­sey, EUA, paga pelos cofres da câmara munic­i­pal, ou os brin­que­dos que as autar­quias e empre­sas públi­cas teimam em dar aos fil­hos dos seus fun­cionários, prática comum em Almada, Amadora, Oeiras, por exem­plo, os pins de ouro que a CP con­tinua a com­prar. Nesta matéria, nunca deve­mos esque­cer o exager­ado número de veícu­los do Estado e sua uti­liza­ção inde­v­ida, como o caso do Pres­i­dente do Con­selho de Admin­is­tração do Cen­tro Hos­pi­ta­lar de Tor­res Vedras que tem dire­ito a viatura e motorista par­tic­u­lar para as suas deslo­cações diárias, entre Tor­res Vedras e Loures, onde reside. O motorista desloca-se de propósito de Tor­res Vedras a Loures todas as man­hãs e à noite o motorista e viatura fazem o per­curso inverso e voltam para Tor­res Vedras. Como é óbvio, o motorista tem que fazer horas extra­ordinárias e, além do com­bustível, os cus­tos de 4 porta­gens diárias na A8 tam­bém são pagos pelos con­tribuintes. Todos sabe­mos que Por­tu­gal está entregue a pes­soas que, na sua maio­ria, encaram o serviço público como um meio de enriquec­i­mento mate­r­ial e que não se coíbem de o escon­der, como o recente caso da ex-directora da empresa munic­i­pal Águas de San­tarém que se demi­tiu pouco tempo após ter tido con­hec­i­mento de uma ordem de serviço que proíbe a uti­liza­ção dos car­ros de serviço para uso pes­soal. Esta ex-dirigente pública uti­lizava a viatura de serviço nas suas deslo­cações diárias entre San­tarém e Cas­cais, onde reside, ape­sar de auferir 4500 euros mensais.

Os exem­p­los de des­perdí­cio e má gestão do nosso din­heiro abun­dam ape­sar da infor­mação disponível rel­a­tiva às despe­sas do Estado se mostrar, não raras vezes, insu­fi­ciente e opaca. Nem todas as enti­dades pub­li­cam todos os con­tratos públi­cos no [*site* legal­mente des­ti­nado para o efeito (BASE)](http://www.base.gov.pt/base2/), em clara vio­lação da lei. Aliás, nesta matéria, o exem­plo tam­bém não vem de cima, pois a própria Presidên­cia da República não presta cavaco sobre a forma como gasta os cerca de 16 mil­hões de euros anu­ais que leva do orça­mento de Estado. Sabe-se que emprega mais pes­soas do que o Palá­cio de Buck­ing­ham e que conta com 52 viat­uras de serviço. E quando pub­li­cam os gas­tos, muitas das enti­dades não o fazem no prazo dev­ido, sem que para tal ten­ham jus­ti­fi­cação legal. Lis­boa é nisto (pés­simo) exem­plo: a autar­quia pub­li­cou os con­tratos de prestação de serviços dos asses­sores dos vereadores decor­ri­dos 3 anos sobre a respec­tiva adjudicação.

Sem transparên­cia na gestão pública os cidadãos não sabem como o din­heiro dos seus impos­tos é apli­cado e não podem exercer o seu poder/dever de con­trolo da gestão pública, exer­cí­cio vital a uma democ­ra­cia saudável. Um Estado pouco trans­par­ente é um bom ninho para a cor­rupção e esta é uma das causas do empo­brec­i­mento dos Esta­dos e, con­se­quente­mente, dos povos. Em ter­mos europeus, só podemos dizer que temos um Estado menos cor­rupto do que a Itália e a Gré­cia. O primeiro país tem máfia, o segundo encontra-se com­ple­ta­mente deses­tru­tu­rado, des­feito insti­tu­cional e social­mente. A cor­rupção e a crise andam de mãos dadas e Por­tu­gal está entre os países europeus que pior con­tro­lam a cor­rupção e não se vê o poder político a fazer algo de rel­e­vante util­i­dade prática para com­bater esta realidade.

Por outro lado, o com­bate do mau uso do din­heiro público tam­bém requer leg­is­lação trans­par­ente, de clara inter­pre­tação e exe­quível, o que não acon­tece na maio­ria dos casos e em matérias essen­ci­ais. Uma leg­is­lação defeitu­osa a somar à cul­tura nacional de con­torno e desre­speito das nor­mas con­sti­tui uma exce­lente fór­mula para a vio­lação do inter­esse público por parte dos respon­sáveis pela gestão do país. E todos sabe­mos que as con­se­quên­cias da gestão pública danosa são pou­cas e o efeito prático delas é nulo. Os respon­sáveis voltam a ser eleitos e/ou nomea­dos. E nós ficamos calados/parados e, assim, tornamo-nos cúm­plices de quem nos faz mal. Podemos fazer alguma coisa para mudar? Eu acho que podemos fazer tudo, a começar por perder o medo de apon­tar o dedo a quem empo­brece o seu povo. À aus­teri­dade político-financeira que nos dão deve­mos respon­der com aus­teri­dade cívica, exigindo transparên­cia gov­er­na­tiva, leis decentes e a con­de­nação da incom­petên­cia, da irre­spon­s­abil­i­dade e da neg­ligên­cia no exer­cí­cio de funções públicas.

Aquilo que o país mais pre­cisa o din­heiro não com­pra e somos todos respon­sáveis por arranjá-lo: políti­cos de bom senso. E já vamos tarde.

*Uma ver­são con­den­sada deste artigo foi pub­li­cada na edição de março do jor­nal O Espelho*

Esta entrada foi publicada em [Sem categoria](http://blogues.publico.pt/asclaras/category/sem-categoria/) com os tópicos [Bárbara Rosa](http://blogues.publico.pt/asclaras/tag/barbara-rosa/), [Dinheiro](http://blogues.publico.pt/asclaras/tag/dinheiro/), [Má Despesa Pública](http://blogues.publico.pt/asclaras/tag/ma-despesa-publica/), [Orçamento](http://blogues.publico.pt/asclaras/tag/orcamento/), [transparência](http://blogues.publico.pt/asclaras/tag/transparencia/). Guarde o href="http://blogues.publico.pt/asclaras/2013/03/26/o-dinheiro-nao-tem-ideias/" title="Endereço para «O dinheiro não tem ideias»" rel="bookmark">endereço permamente.